

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 59.884.445/0001-24

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. São Paulo, 24 de abril de 2026

Ativo	Nota	Balço Patrimonial		Passivo	Nota	2025		2024	
		2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante		149.444	99.189	Circulante		195.786	95.006	195.786	95.006
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.462	753	Obrigações a pagar		1	1		
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	5	122.258	89.169	Contas a pagar	10	187.330	89.122		
Impostos a compensar	6	12.721	9.264	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10	187.330	89.122		
Outros créditos a receber		3	3	Impostos e contribuições a recolher	11	8.455	5.883		
Não circulante		1.641.826	1.464.496	Não circulante		29.438	26.638		
Depósitos judiciais	7	—	13.181	Adiantamento para futuro aumento de capital		2.800	—		
Investimentos		1.641.826	1.442.483	Obrigações fiscais	12	26.638	26.638		
Participações societárias	8	1.641.826	1.442.483	Patrimônio líquido	14	1.566.046	1.442.041		
Imobilizado	9	—	8.832	Capital social		1.414.475	620.340		
Custo de aquisição		—	14.126	Ajuste de avaliação patrimonial		(72)	(106)		
(-) Depreciação acumulada		—	(5.294)	Reservas de lucros		151.643	821.807		
Total do ativo		1.791.270	1.563.685	Total do passivo		1.791.270	1.563.685		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Ajuste de variação cambial controladas	Ajuste de TVM controladas	Reserva legal estatutária	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	609.240	8	(54)	94.350	569.047	—	1.272.591
Pagamento de dividendos - ARD de 28/11/2024	—	—	—	—	—	(6.771)	—
Aumento de capital - AGO/E de 30/04/2024	11.100	—	—	—	—	—	11.100
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas	—	—	(65)	—	—	—	(65)
Ajuste de avaliação patrimonial - controladas	—	5	—	—	—	—	5
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	268.521	268.521
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas	—	—	—	13.426	151.755	(165.181)	—
Dividendos distribuídos	—	—	—	—	—	(8.550)	(8.550)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 28,1693 por ação)	—	—	—	—	—	(94.790)	(94.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	620.340	13	(119)	107.776	714.031	—	1.442.041
Aumento de capital - AGE de 18/12/2025	714.031	—	—	—	(714.031)	—	—
Redução de capital (Cisão parcial - 31/12/2025)	(7.865)	—	—	—	—	—	(7.865)
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas	—	—	29	—	—	—	29
Ajuste de avaliação patrimonial - controladas	—	5	—	—	—	—	5
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	374.162	374.162
Destinação do lucro líquido:							
Aumento de capital - AGE de 18/12/2025	87.969	—	—	—	—	(87.969)	—
Constituição de reservas	—	—	—	18.708	25.159	(43.867)	—
Dividendos distribuídos (R\$ 31,8527 por ação)	—	—	—	—	—	(106.643)	(106.643)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 40,5266 por ação)	—	—	—	—	—	(135.683)	(135.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.414.475	18	(90)	126.484	25.159	—	1.566.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Rosag Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto: (i) a participação, como acionista ou quotista, no capital social de outras empresas em geral, respeitadas as restrições legais; e (ii) a promoção ou participação em empreendimentos e operações industriais, comerciais, mercantis e imobiliárias.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas a seus negócios no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Os resultados reais das transações assim registradas podem ser diferentes dos estimados. A moeda funcional adotada pela Companhia é o real. As demonstrações financeiras da Companhia são de responsabilidade da administração e sua autorização para a conclusão e divulgação ocorreu em 24 de abril de 2026. **2.2 Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

3. Políticas contábeis materiais: (a) Reconhecimento de ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a entidade tem a obrigação de agir ou se desempenhar de certa maneira. **(b) Classificação em circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(c) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a entidade se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **(d) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício social, equivalentes ao seu valor de recuperabilidade. **(e) Juros sobre o capital próprio a receber/pagar:** Estão registrados pelo custo original e o giro é de curto prazo. **(f) Investimentos em controladas:** Os investimentos em sociedades investidas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. São constituídos ajustes nos investimentos decorrentes do usufruto financeiro sobre as ações que pertencem a sociedade. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas no resultado do exercício quando o investimento for alienado ou baixado para perda. **(g) Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável das despesas antecipadas e dos ativos imobilizado e intangível. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. Dessa forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de nenhum ajuste relevante que possa afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados como ativo por rentabilidade futura, exceção feita as provisões já constituídas. **(h) Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição deduzido do valor da depreciação calculada pelo método linear durante a vida útil, que é estimada como segue: • Edificações - 25 anos; • Veículos - 5 anos; • Máquinas e equipamentos - 10 anos; • Móveis e utensílios - 10 anos; • Instalações - 10 anos; • Computadores e periféricos - 5 anos; • Equipamentos de comunicação - 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **(i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e de exigibilidade, respectivamente. **(j) Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos:** Ativos e passivos somente são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos com a contraparte e quando a Companhia apresenta a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente. **(k) Despesas e receitas:** São registradas pelo regime de competência. **(l) O imposto de renda:** É calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Aplicações (1)	14.462	753
Total	14.462	753

(1) Em 2025 e 2024, as aplicações financeiras referem-se a fundo de investimento e Certificados de Depósitos Bancários - CDB remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, de liquidez imediata. **5. Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber:** Refere-se ao montante líquido de juros sobre o capital próprio e dividendos a receber de companhias investidas, conforme deliberações societárias. **6. Impostos a compensar:** Refere-se principalmente a créditos de imposto de renda decorrentes de retenções na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio, e também saldos negativos de IRPJ/CSLL. **7. Depósitos judiciais:** Em 2024, referia-se a processo onde se discute a dedutibilidade da TJLP no cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) e imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ). A Companhia não efetuou o provisionamento do passivo contingente por entender que o desfecho da ação será favorável à Companhia. **8. Investimentos - Participações Societárias:** As participações societárias estão assim representadas:

	Porto Seguro Itau Unibanco Participações S.A.	2025	2024
Capital social	2.772.233	2.772.233	
Número de ações (mil)	228.942	228.942	
Participação (%)	15,79	15,79	
Lucro líquido do exercício	7.387	5.726	
Patrimônio líquido	2.814.358	2.812.124	
Resultado da equivalência patrimonial	387.744	278.645	
Saldos de investimentos	1.641.826	1.442.483	

Gravame de usufruto financeiro sobre as ações da Porto Seguro S.A. ("PSSA"): A integralização do capital inicial da Porto Seguro Itau Unibanco Participações S.A.

("PSIUPAR"), bem como o aumento de capital, foram realizados por meio de conferência da nua-propriedade de ações da Porto Seguro S.A. ("PSSA") avaliadas ao valor contábil, conforme laudo de peritos avaliadores aprovados por ocasião das Assembleias de Constituição e de Aumento de Capital. Estes atos societários estabeleceram que as ações da PSSA, objeto destas integralizações encontram-se gravadas com reserva do direito sobre dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições de lucros em dinheiro, estendendo-se essa reserva ao direito a dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições atribuídas às ações resultantes de futuras bonificações ou desdobramentos das ações originalmente gravadas ("Usufruto"), enquanto que o direito a voto de cada ação será exercido pela PSIUPAR. A PSSA deliberou aumento de capital em 2021, no valor de R\$4.000.000 com bonificação de 323.293.030 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aos acionistas, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) já existente. Dessa forma do total de 457.883.778 (228.941.889 à época da integralização) ações de emissão da PSSA integralizadas na constituição da PSIUPAR, os direitos financeiros sobre parte (456.275.826 ações) não pertencem à PSIUPAR, mas aos usufrutuários. Especificamente no caso desta Companhia, a mesma possui direitos financeiros sobre 72.339.066 ações de emissão da PSSA enquanto que os direitos políticos sobre estas ações são detidos pela PSIUPAR. **Reserva para manutenção de participação societária constituída pela PSSA:** A controlada indireta PSSA constitui reserva estatutária de lucros na qual são registradas as parcelas não realizadas de lucros de cada exercício decorrentes do ajuste de equivalência patrimonial do valor do investimento em controladas, as quais são contabilizadas nas controladas na conta de "Reserva estatutária", destinada à manutenção do patrimônio líquido em montante adequado ao atendimento das exigências legais de margem de solvência e de cobertura dos passivos não operacionais das controladas. Na medida em que os lucros destinados à reserva para manutenção de participação societária forem realizados, os valores correspondentes à realização serão revertidos e colocados à disposição da Assembleia Geral que, por proposta da Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação, que inclui a distribuição de dividendos. **Movimentações dos investimentos:**

	Porto Seguro Itau Unibanco Participações S.A.	2025	2024
Saldos no início do exercício	1.442.483	1.275.564	
Ajuste reflexo de variação cambial de controlada	5	5	
Ajuste reflexo de valor a mercado de TVM de controlada	29	(65)	
Dividendos destacados pela controlada	(44.672)	(6.817)	
Equivalência patrimonial (a)	387.744	278.645	
Direitos de usufruto sobre JCP creditado pela PSSA	(143.763)	(104.849)	
Saldos em 31 de dezembro	1.641.826	1.442.483	

Composição do saldo:

	2025	2024
Valor do investimento	444.628	444.275
Valor do direito financeiro	1.197.198	998.208
Total	1.641.826	1.442.483

(a) Refere-se ao resultado de equivalência patrimonial correspondente ao lucro líquido gerado pela controlada indireta PSSA no período posterior a constituição da PSIUPAR. A apuração da equivalência patrimonial considera os efeitos resultantes dos direitos dos usufrutuários sobre as ações de emissão da PSSA e está demonstrada conforme a seguir:

	Porto Seguro Itau Unibanco Participações S.A.	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.387	5.726	
Participação (%)	15,79	15,79	
Resultado da equivalência patrimonial	1.166	904	
Efeito do usufruto financeiro sobre as ações (1)	386.578	277.741	
Resultado da equivalência patrimonial registrado	387.744	278.645	

(1) O efeito do usufruto financeiro sobre as ações de emissão da PSSA foi apurado tendo por base a parcela do lucro gerado pela PSSA não reconhecida pela PSIUPAR conforme condições estabelecidas nos seus atos constitutivos.

9. Imobilizado: 9.1 Custo/movimentação do imobilizado:

	31/12/2024	Adições	Baixas	Cisão parcial	31/12/2025
Terrenos	3.400	—	—	(3.400)	—
Edificações	7.591	—	—	(7.591)	—
Veículos	2.100	—	(675)	(1.425)	—
Máquinas e equipamentos	80	—	—	(80)	—
Móveis e utensílios	644	—	—	(644)	—
Instalações	63	—	—	(63)	—
Computadores e periféricos	165	—	—	(165)	—
Equipamento de Comunicação	83	—	—	(83)	—
(-) Depreciações acumuladas	(5.294)	(685)	393	5.865	—
Total	8.832	(685)	(282)	(7.865)	—

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Terrenos	3.400	—	—	3.400
Edificações	7.591	—	—	7.591
Veículos	2.100	—	—	2.100
Máquinas e equipamentos	80	—	—	80
Móveis e utensílios	644	—	—	644
Instalações	63	—	—	63
Computadores e periféricos	165	—	—	165
Equipamento de Comunicação	83	—	—	83
(-) Depreciações acumuladas	(4.556)	(738)	—	(5.294)
Total	9.570	(738)	—	8.832

	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciações acumuladas em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2024
Terrenos	—	3.400	—	3.400
Edificações	4	7.591	(2.998)	4.593
Veículos	20	2.100	(1.381)	719
Máquinas e equipamentos	10	80	(56)	24
Móveis e utensílios	10	644	(570)	74
Instalações	10	63	(60)	3
Computadores e periféricos	20	165	(158)	7
Equipamento de Comunicação	10	83	(71)	12
Total	14,126	(5.294)	8.832	—

9.2 Cisão parcial: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2025, foi aprovado o "protocolo e justificação de Cisão Parcial da Companhia" datado de 31 de dezembro de 2025 para a Pólen Empreendimentos e Participações Ltda., com valor patrimonial contábil do acervo patrimonial cindido de R\$ 7.865 conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2025
Ativo não circulante	
Imobilizado	
Custo:	13.451
Terrenos, edificações e construções	10.991
Máquinas e equipamentos	80
Veículos	1.425
Móveis e utensílios	644
Instalações	63
Computadores e periféricos	165
Equipamentos de comunicação	83
Depreciações:	(5.886)

Operações continuadas	Nota	Demonstração do resultado	
		2025	2024
Receitas operacionais		387.744	278.662
Equivalência patrimonial	8	387.744	278.645
Receita de aluguel		—	17
Despesas gerais e administrativas		(15.886)	(11.530)
Serviços de terceiros		(1.442)	(907)
Despesas com tributos		(13.708)	(9.736)
Despesas com localização e funcionamento		(128)	(149)
Depreciações e amortizações		(685)	(738)
Outras receitas/(despesas)	15	77	—
Resultado financeiro líquido		2.513	1.389
Receitas financeiras		2.521	1.404
Despesas financeiras		(8)	(15)
Resultado antes dos impostos		374.371	268.521
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(209)	—
Lucro líquido do exercício		374.162	268.521
Quantidade de ações (mil)		3.348	3.365
Lucro líquido por ação (em R\$ 1,00)		111,76	79,80

★ continuação

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.

Rafael Damasceno Generoso
DiretorClaudio Marcio Romagnolo
ProcuradorRicardo Matsubara
Contador - CRC 1SP 183.216/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Rosag Empreendimentos e Participações S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rosag Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosag Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada

a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026

fabbri

C & S/S Auditores Independentes
CRC 2 SP 17245/O-0Marco Antonio de Carvalho Fabbri
Contador CRC 1 SP 148961/O-2

Combustíveis Concorrência

Venda direta de diesel cresce 20 vezes e leva distribuidoras a questionar a Petrobras

Alta dos números foi puxada por vendas da Petrobras para a Vale; procurada, estatal diz que respeita a legislação em vigor

DENISE LUNA

RIO

A venda direta de diesel B (mistura de diesel com biodiesel), puxada pela Petrobras, disparou no primeiro trimestre de 2026, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O volume comercializado diretamente por produtores a grandes consumidores saltou de 1,1 milhão de litros, no último trimestre de 2025, para 23,4 milhões de litros de janeiro a março – uma alta superior a 2.000%, ou 20 vezes.

O avanço se concentrou em Minas Gerais, que respondeu por 20 milhões de litros do total, alta de 36 vezes em relação ao volume do período de outubro a dezembro de 2025.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, as vendas foram realizadas principalmente da Petrobras para a Vale – responsável por 4% do consumo de diesel do País. Mas, diferentemente da venda de diesel pelas distribuidoras, a venda direta não tem como contrapartida obrigatória a compra de Créditos de Descarboxiação (CBIOS), o que, na avaliação do setor de distribuição, configura concorrência desleal e contraria o discurso de compromisso com a descarboxiação das duas empresas.

Procuradas, a Vale informou “que este contrato está sujeito a cláusulas de confidencialidade que visam a proteger informações estratégicas das partes envolvidas”. Já a Petrobras disse que “a companhia avalia continuamente a possibilidade de rea-



DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 25/3/2026

Maiores vendas diretas foram da Petrobras para a Vale, que responde por 4% do consumo de diesel do País

lizar vendas diretas para grandes consumidores, sempre em estrita conformidade com a legislação e a regulação vigentes”. “Esse processo contempla tanto a definição dos públicos elegíveis quanto o pleno atendimento às exigências aplicáveis à comercialização nesse segmento.”

A venda direta de diesel foi objeto de questionamento à ANP pelo Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom) no ano passado. A entidade chegou a pedir a suspensão da comercialização direta de diesel, regulamentada pela ANP na Resolução 852/2021, sem sucesso.

Em nota ao *Estadão/Broadcast*, a ANP afirmou que “a venda direta de diesel ao consumidor final é prevista na Resolução ANP 852/2021 (inciso IX, art. 20)”. “Cabe ressaltar que a Resolução ANP n.º 16/2010, vigente anteriormente à Resolução ANP n.º 852/2021, já não vedava a comer-

.....

Preço do petróleo cai, mas se mantém acima de US\$ 100 por barril

As sinalizações de que o governo Donald Trump pretende manter o cessar-fogo com o Irã contribuíram para reduzir ontem os receios com o conflito no Oriente Médio e fizeram ceder as pressões sobre os preços do petróleo. A cotação da commodity, contudo, se manteve acima dos US\$ 100 por barril.

O petróleo WTI para junho, negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), fechou ontem em queda de 3,90% (US\$ 4,15), a US\$ 102,27. Já o Brent para julho, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), caiu 3,99% (US\$ 4,57), a US\$ 109,87 por barril.

cialização de derivados entre refinaria e consumidor final. Assim, a Resolução 852/2021 não promoveu inovação nem introduziu a venda direta. A ANP vem mantendo contato com o Sindicom e dialogando sobre o tema.”

IMPEDIMENTO CONTRATUAL. A venda direta de diesel pela Petrobras é vista pelas distribuidoras como uma maneira de driblar o impedimento de atuar no segmento, depois que a empresa vendeu a BR Distribuidora no governo Bolsonaro. Os termos contratuais da operação impedem a concorrência no setor por dez anos desde 2019, quando foi realizada a primeira etapa da venda. Enquanto isso, a estatal não pode concorrer com a Vibra Energia (ex-BR Distribuidora), nem usar a marca Petrobras em postos de abastecimento, exclusividade da Vibra até junho de 2029.

Os dados da ANP mostram que, além de Minas Gerais, ou-

tros mercados registraram aumentos expressivos nas vendas diretas, apesar de em volumes menores, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, onde essas operações mais do que dobraram. As vendas para o Rio subiram de 29,8 mil para 1,6 milhão de litros no primeiro trimestre do ano; no mercado paulista, foram de 509 mil litros para 1,2 milhão no período.

O aumento das vendas diretas acontece em um momento de alta de preço do diesel por causa da guerra no Oriente Médio e da limitação das entregas do combustível às distribuidoras. O setor afirma que pedidos adicionais de diesel não estão sendo atendidos pela Petrobras. Segundo pessoas a par do assunto, cerca de 10% dos pedidos das distribuidoras para maio não foram aceitos pela estatal.

Em janeiro, a Petrobras fe-

Proibição Pelo contrato de venda da BR Distribuidora, em 2019, Petrobras não pode atuar na distribuição até 2029

chou com a Vale um contrato para a venda direta de diesel S10 com 15% de biodiesel, como parte da estratégia da companhia de aproximação com os consumidores finais de seus produtos por meio da venda direta, mas nenhuma das empresas informou o volume.

Antes de deixar o cargo, o ex-diretor de Comercialização e Logística da estatal Cláudio Schlosser afirmou que um dos focos da venda direta era também o agronegócio. “O agronegócio é onde vemos o maior crescimento do mercado de diesel, concentrado especialmente no Centro-Oeste e na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia)” disse, em novembro. ●